TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível

Tipo de Documento: Decisão Monocrática

Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Processo: 0558930-0

Recurso: Apelação Cível

Relator: José Sebastiao Fagundes Cunha

Data Movimento: 16/04/2009 10:34

Ramo de Direito: Cível

Dados da Publicação: DJ: 122 **Texto:**

EMENTA COBRANÇA. SEGURO. **DPVAT**. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO A MENOR. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL. IRRELEVÂNCIA. CONJUNTO PROBATÓRIO APTO A DEMONSTRAR O CABIMENTO DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO **DPVAT**. PERÍCIA MÉDICA. DESNECESSIDADE PARA FINS DE DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER PERMANENTE DAS LESÕES SOFRIDAS PELOS AUTORES. COMPROVANTE DE PAGAMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. INDICATIVO DE QUE A SEGURADORA AFERIU A INVALIDEZ, RECONHECENDO O SEU CARÁTER PERMANENTE. GRAU DE INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO NA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. ARTIGO 3º, ALÍNEA "b" DA LEI 6.194/74. RESOLUÇÃO DO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO EFETUADO A MENOR. IRRETROATIVIDADE DA LEI FEDERAL N.º

11.482

/07. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER PAGA DE ACORDO COM A LEI VIGENTE NA DATA DO SINISTRO (LEI N.º 6194/74) E NÃO DE SUA LIQUIDAÇÃO (LEI N.º

11.482

/07). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. A presença de todos os documentos relacionados pelo art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74 é irrelevante, quando o conjunto probatório anexado aos autos se mostra suficiente para a demonstração do nexos de causalidade entre o acidente de trânsito e as lesões sofridas pelos autores.

2. A ausência de perícia médica para comprovação do grau de invalidez dos autores determinado em razão dos acidentes automobilísticos dos quais foram vítimas, é irrelevante para fins de recebimento da indenização do seguro **DPVAT**, visto que, além dos documentos anexados aos autos demonstrarem serem os autores beneficiários do seguro em questão, a Seguradora Apelante não se opôs à invalidez permanente quando efetuou o pagamento a menor.

3. Uma vez realizado o pagamento parcial da indenização correspondente ao seguro **DPVAT**, presume-se que a Seguradora apelante se valeu dos recursos periciais para aferir o caráter permanente da lesão sofrida pelos beneficiários do seguro, não sendo, portanto, cabível qualquer insurgência neste sentido em grau de recurso.

4. Vigente o artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, não revogado por legislação posterior, ao beneficiário de seguro obrigatório **DPVAT**, em caso de invalidez permanente, é devida

cobertura equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos. (Apelação Cível nº 344.347-2 - Relator - Desembargador Miguel Kfoury Neto DJ 1º/7/2006 - Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná)

5. Seguindo a sistemática de nosso ordenamento jurídico, o qual se configura como um conjunto de normas dispostas de maneira hierárquica e concatenada, conclui-se que uma resolução emitida pelo CNSP não pode contrariar texto de lei ordinária, a qual regulamenta, sob pena de infringência ao devido processo legal legislativo.

6. Por se constituir a correção monetária um mero fator de atualização da moeda corrente, e não um meio de enriquecimento indevido, deve a mesma incidir 'in casu' desde a data do pagamento efetuado a menor pela Seguradora, ou desde a data em que o mesmo deveria ter sido efetuado.

7. O pagamento da indenização securitária (**DPVAT**) deve ser realizado de acordo com a lei vigente à data do sinistro e não de sua liquidação. Inaplicável, portanto, ao caso concreto, as disposições normativas da Lei Federal n.º

11.482

/07.

VISTOS

Vistos e relatados estes autos de Apelação Cível sob o nº 558.930-0, da 17ª Vara Cível do Foro Central da Região Metropolitana da Comarca de Curitiba, em que é apelante CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A e apelados ANDERSON CORDEIRO DE ARRUDA E OUTROS. RELATÓRIO ANDERSON CORDEIRO DE ARRUDA E OUTROS aforaram demanda, sob rito sumário, em face de CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, objetivando o recebimento das diferenças da indenização do seguro **DPVAT** decorrente de acidente automobilístico ocorrido

nas datas descritas nos Boletins de Ocorrência de fls. 06/10, 17/19, 26/29, 38 e 45/46, que lhes causou lesões irreversíveis, resultando em invalidez de caráter permanente.

Contestado e instruído o feito, o magistrado de primeira instância julgou procedente o pedido inicial (fls. 108/116), condenado a ré ao pagamento das diferenças existentes entre o que foi pago à época da liquidação do sinistro e o que efetivamente é devido para cada um dos autores, acrescido de juros moratórios no percentual de 1% a partir da citação, além de custas processuais e honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da condenação.

Inconformada com o teor da sentença, CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A interpôs apelação cível (fls. 119/139), alegando, em síntese: a) a ausência de documento indispensável para a propositura da demanda; b) ausência de prova acerca da natureza das lesões sofridas pelos autores em razão do acidente automobilístico; c) o termo inicial para a incidência da correção monetária deve ser a data do ajuizamento da ação; c) a necessidade da realização de prova pericial para apurar a efetiva existência de um quadro de invalidez, bem como o percentual que incidirá sobre o valor total da cobertura; d) o limite máximo de indenização cabível deve ser aquele determinado pela Lei **11.482/07**, qual seja, R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); Contra razões apresentadas às fls. 143/149. É o breve Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O recurso merece ser conhecido, pois presentes os seus pressupostos de admissibilidade.

MÉRITO

a) Da ausência: de documento indispensável à propositura da demanda e à demonstração do grau de invalidez da lesão sofrida pelos autores Alegou a Apelante que os autores, não obstante terem tido a oportunidade de assim o fazer, deixaram de juntar aos autos documentos essenciais à propositura da demanda e que se tornam imprescindíveis para o recebimento da indenização referente ao seguro **DPVAT**. Sem razão a sua insurgência. Ao contrário do que sustenta a seguradora em suas razões recursais, os autores provaram satisfatoriamente os fatos constitutivos de seu direito através dos documentos anexados à exordial, os quais fazem constar que efetivamente forma vítimas de acidentes de trânsito que, em razão da gravidade, lhes trouxeram sérias complicações de saúde, resultando em sua invalidez permanente.

Consoante restou demonstrado nos autos (fls. 21, 30, 40, 49 e 57) a Seguradora efetuou o pagamento parcial do seguro **DPVAT** decorrente de acidente automobilístico, o que reforça a tese da efetiva invalidez permanente dos autores, cuja existência foi devidamente aferida pela apelante em procedimento prévio ao pagamento da indenização correspondente, consoante relatado na inicial. O recibo de pagamento parcial da indenização securitária, portanto, representa um indicativo de que a Seguradora se precaveu em investigar o grau de invalidez da autora em decorrência do acidente de trânsito, efetuando o pagamento do montante indenizatório que entendeu devido. Tais documentos, valorados em conjunto, oferecem a escorreita conclusão acerca dos motivos que os segurados vieram a ser acometidos de invalidez permanente. Diante dessa circunstância, observado que a indenização do seguro obrigatório será paga mediante a comprovação da lesão relacionada a acidente de trânsito, ponto que, como esclarecido acima, foi realizado pelos beneficiários do seguro, não há que se falar em ausência de documentos essenciais à determinação do grau de invalidez e ao conseqüente recebimento da indenização do seguro

DPVAT

b) Da Correção Monetária Alega a seguradora apelante que o termo inicial da correção monetária deveria ser desde o ajuizamento da ação e não do pagamento efetuado a menor. Suas razões não prosperam. Primeiramente, a Súmula 43 do STJ, assim dispõe: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente em sede administrativa, sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir. Ademais, importante frisar que o escopo teleológico da correção monetária reside na manutenção do poder de compra da moeda ao longo do tempo. Logo, fixada o valor da complementação da indenização do seguro obrigatório quando do pagamento efetuado a menor, é a partir dessa data que os valores devem ser corrigidos monetariamente para manter o seu poder de compra.

c) Da necessidade de prova pericial para aferição do grau de invalidez/Do valor Indenizável nos casos de invalidez permanente Suscitou a Apelante a necessidade de realização de prova pericial médica para que reste estabelecido o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões eventualmente constatadas, o caráter permanente da invalidez e o percentual de invalidez que deve ser aplicado no caso concreto. Observe-se que a produção de prova pericial seria necessária no caso dos autos, se realmente não estivesse demonstrada a real situação de invalidez, decorrente das lesões que acometeram os autores da ação. A invalidez, na espécie, é incontroversa, haja vista o pagamento da indenização parcial já efetuado pela Seguradora, como prova inequívoca da invalidez permanente. Ademais, denota-se que a Lei 6.194/74 nada dispõe acerca da necessidade de mensuração da invalidez para se aferir o valor da indenização, de modo que, não pode uma resolução do CNSP alterar esta regra, haja vista o princípio da hierarquia dos atos normativos, por meio do qual as resoluções não prevalecem sobre as leis. Preceitua o artigo 3º, "b", da Lei 6.194/74, o seguinte: Art. 3º: Os danos pessoais

cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] b) Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país - no caso de invalidez permanente; Consoante se infere da redação acima transcrita, a indenização de até 40 vezes o valor do salário mínimo, em caso de invalidez permanente, não está condicionada à individualização do grau desta, sendo, portanto, prescindível a produção de prova pericial para atestar o grau de invalidez dos autores, ao contrário do que se aduziu na peça recursal. Logo, não há que se cogitar acerca da graduação da invalidez permanente, já que essa distinção não é feita pela legislação que regula a matéria (Lei n. 6.194/74). Tal orientação vem sendo sufragada por este Egrégio Tribunal:

"Apelação Cível. Seguro Obrigatório de Danos Pessoais. **DPVAT**. Preliminares. Indenização por invalidez permanente. Caracterizada. Falta de Interesse de Agir e Carência de Ação. Não configurados. Mérito. Discussão acerca do grau de invalidez. Impossibilidade. Competência do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Inaplicabilidade. Fixação em 40 salários mínimos. Lei nº 6.194/74. Possibilidade. Recurso não provido. I - Não ocorrendo o pagamento do total da obrigação referente ao seguro obrigatório, tem o beneficiário a legitimidade de exigir a quantia remanescente. II - Não fazendo a Lei nº 6.194/74 qualquer limitação acerca do seguro obrigatório em caso de invalidez permanente, não há o que se falar em relação ao grau de invalidez (...)"(TJPR, AC 416.969-9, Rel. Des. Tufi Maron Filho, 9ª CC, j. 28/06/2007)

"APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. **DPVAT**. PRELIMINARES. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. CARACTERIZADA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR E CARÊNCIA DE AÇÃO. NÃO CONFIGURADOS. MÉRITO. DISCUSSÃO ACERCA DO GRAU DE INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. INAPLICABILIDADE. FIXAÇÃO EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI Nº. 6.194/74. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. I - Não ocorrendo o pagamento do total da obrigação referente ao seguro obrigatório, tem o beneficiário a legitimidade de exigir a quantia remanescente. II - Não fazendo a Lei nº. 6.194/74 qualquer limitação acerca do seguro obrigatório em caso de invalidez permanente, não há o que se falar em relação ao grau de invalidez. III - O artigo 3º da Lei 6.194/74 não foi revogado pela Lei nº. 8.441/92, permanecendo o valor de até 40 salários mínimos, a título de indenização por invalidez permanente. IV - Estando as resoluções do CNSP em graduação hierárquica inferior à Lei 6.194/74, esta deve prevalecer sob pena de ofensa ao princípio constitucional da hierarquia entre as leis. V - O salário mínimo foi utilizado como parâmetro quantificador da indenização quando do desembolso, para pagamento do seguro

DPVAT

, sem nenhuma vinculação com o mesmo, a título de correção monetária que é vedado por Lei. VI - Recurso não provido." (Apelação Cível nº. 416.969-9, da 9ª Câmara Cível, Relator Dês. Tufi Maron Filho, julgada em 28.06.2007). Nesse sentido, é o entendimento da 8ª Câmara Cível desta Corte: "...);

APELAÇÃO CÍVEL (2). GRAU DE INVALIDEZ. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO NA LEI 6.194/74, BASTANDO QUE SEJA PERMANENTE. INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 3º, DA LEI 6.194/74. NORMA QUE NÃO FOI REVOGADA. COBERTURA DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CÔMPUTO A PARTIR DA EM QUE DEVERIA TER SIDO SATISFEITA A OBRIGAÇÃO. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO ESCORREITA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Não é cabível a estipulação do valor da indenização com base em tabelas administrativas, posto que existe lei específica que regula o seguro obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. Frise-se que o art. 3º, da Lei 6.194/74 não exige que a invalidez seja total, mas apenas permanente, sendo que o grau da incapacidade, nas circunstâncias, não interfere no valor da indenização. (...) 4. Recurso desprovido." (TJPR - Apelação Cível n.º 394.700-4 - Rel. Des. Macedo Pacheco - DJ 23.11.2007)

E, ainda:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - **DPVAT**. PEDIDO DEFERIDO. FORMAL INCONFORMISMO. CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL ANTE A AUSÊNCIA DE LAUDO ELABORADO PELO IML. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO ACERCA DA LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM FULCRO NO GRAU DE INVALIDEZ. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO ESTIPULADO NA LEI N.º 6.194/74. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO AO EQUIVALENTE EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR - Apelação Cível n.º 511.133-1 - Rel. Des. Guimarães da Costa - DJ 16.02.2009)

Portanto, demonstrado o caráter permanente da invalidez, irrelevante é a apuração da extensão desta, razão pela qual não merece provimento o presente recurso de apelação.

d) Da vigência da Lei Federal n.º **11.482** de 31 de maio de 2007 Aduz a seguradora apelante que, com o advento da Medida Provisória n.º 340/2006, posteriormente convertida na Lei Federal n.º **11.482/2007**, a questão relativa à hierarquia dos atos normativos, notadamente no que se refere aos valores indenizatórios estabelecidos pela tabela do CNPS, foi superada, havendo agora expressa disposição normativa sobre o quantum indenizatório devido. Pois bem, de acordo com os argumentos esposados na peça recursal, uma vez que a liquidação do sinistro está ocorrendo sob a vigência da nova lei federal, deve a pretensão dos autores seguir as diretrizes fixadas pela nova legislação, a qual limita o pagamento do valor indenizatória a título de

DPVAT

em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) Ocorre que o acidente que ocasionou as lesões permanentes nos apelados ocorreu na vigência da Lei nº 6.194/74, que estipulava até 40 (quarenta) salários mínimos como indenização em caso de invalidez permanente. Em sendo assim, sob pena de ofensa ao princípio "tempus regit actum", não há que se aventar a retroatividade da Lei nº

11.482

/2007, aplicável somente a fatos ocorridos a partir da sua edição. Sob esta ótica, vale destacar os seguintes julgados:

"COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT** -FALTA DE INTERESSE DE AGIR - INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO AFETA O INGRESSO NO PODER JUDICIÁRIO - VALOR INDENIZATÓRIO DE R\$ 13.500,00, CONFORME LEI Nº **11.482**

/2007 - IMPOSSIBILIDADE - LEI POSTERIOR AO SINISTRO - IRRETROATIVIDADE - SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À EPOCA DO SINISTRO - IMPOSSIBILIDADE - SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO QUE OCORREU COM O AJUIZAMENTO DA AÇÃO NESTE CASO - ART.3º DA LEI Nº 6.194/74 NÃO REVOGADO PELAS LEIS Nº 6.205/75 E 6.423/77 - NORMA QUE SE ENCONTRA EM PLENA VIGÊNCIA - COMPETÊNCIA DO CNSP PARA BAIXAR RESOLUÇÕES E EXPEDIR CIRCULARES - INOCORRÊNCIA - INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO A PARTIR NA CITAÇÃO. RECURSO DA SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DESPROVIDO". (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0485447-5 - Maringá - Rel.: Des. Eugenio Achille Grandinetti - Unânime - J. 15.05.2008)

"APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO - **DPVAT** - TRATOR - VEÍCULO AUTOMOTOR - POSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA LEI Nº 11482/07 - IMPOSSIBILIDADE - "TEMPUS REGIT ACTUM" - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - INCIDÊNCIA A PARTIR DO EFETIVO PREJUÍZO - RECURSO DE APELAÇÃO - NEGA PROVIMENTO. 1.- O trator é um veículo automotor que se submete as regras do seguro obrigatório, não havendo a necessidade de prévio licenciamento ou a comprovação do prêmio do seguro; 2.- A Lei nº 11482/07 aplica-se a partir de sua edição; (...)" (TJPR - 9ª C.Cível - AC 0496449-6 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Juiz Conv. Sérgio Luiz Patitucci - Unânime - J. 24.07.2008) - sublinhei.

Neste contexto, não merece reforma o dispositivo contido na sentença objurgada que determinou o pagamento da indenização de acordo com a lei vigente à época do acidente (Lei 6194/74). Inaplicáveis, portanto, as alterações promovidas pela Lei nº **11.482/07**.

DECISÃO

Ante o exposto, com fulcro no artigo 557 e parágrafos do Código de Processo Civil, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao Recurso de Apelação apresentado por CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, nos termos da fundamentação supra.

Curitiba, 25 de março de 2009.

J. S. FAGUNDES CUNHA

Relator